



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Fórum	Nº: 0978/09	DATA: 07/07/2009
INÍCIO: 14h47min	TÉRMINO: 17h06min	DURAÇÃO: 02h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h19min	PÁGINAS: 46	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ OSWALDO SIQUEIRA – Diretor de Programas Temáticos e Setoriais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR – Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.
JOSÉ CARLOS TEATINI – Secretário de Ensino a Distância do Ministério da Educação.
PAULO CÉSAR PEREIRA – Reitor e Presidente do Conselho dos Institutos Federais.
TADEU PISCINATI SANTANA – Pró-Reitor de Extensão e Produção do Instituto Federal do Estado do Espírito Santo.
LUIZ EDMUNDO VARGAS DE AGUIAR – Reitor.

SUMÁRIO: Fórum: “Extensão Tecnológica dos Institutos Federais”.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Boa tarde. Dando continuidade ao Fórum *Extensão Tecnológica dos Institutos Federais*, que iniciamos hoje pela manhã, vamos dar início ao segundo painel, com o tema *O papel das bolsas de fomento na consolidação da extensão tecnológica*.

Teremos como expositores o Prof. José Oswaldo Siqueira, Diretor de Programas Temáticos do CNPq; o Prof. Sandoval Carneiro Júnior, Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — CAPES; o Prof. João Carlos Teatini, Diretor de Educação Básica Presencial da CAPES; e também o Reitor Paulo César Pereira, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia — CONIF.

A nossa ideia é ouvir primeiro os senhores expositores. Posteriormente, abriremos o debate.

Este é um momento muito rico e importante para aprofundarmos o tema da extensão tecnológica, com o fortalecimento das bolsas, tanto da CAPES como do CNPq.

Hoje, inclusive, os senhores tiveram a oportunidade de ouvir do Presidente Michel Temer o seu compromisso de levar à votação o Projeto de Lei nº 7.394/06, que cria um fundo para fortalecimento das bolsas de extensão. Fica a cargo do Poder Executivo definir onde os recursos serão gerenciados, ou pela CAPES ou pelo CNPq, órgãos que têm tradição muito grande neste País no tocante a bolsas de estudo, principalmente bolsas acadêmicas.

Creio que é dispensável falar sobre CAPES e CNPq. Todos os que trabalham na área da educação têm na CAPES e no CNPq órgãos de referência, os grandes responsáveis pela formação da mão de obra acadêmica no País. E agora enfrentam o grande desafio de implementar as bolsas de extensão, para que todos os estabelecimentos que formam os institutos federais nos seus Estados tenham oportunidade de implementar o relevante papel da extensão tecnológica.

Vamos iniciar os trabalhos, ouvindo, em primeiro lugar, a exposição do representante do CNPq, o Prof. José Oswaldo Siqueira, Diretor de Programas Temáticos e Setoriais.

O SR. JOSÉ OSWALDO SIQUEIRA - Boa tarde a todos.



Senhoras e senhores, prezados dirigentes dos institutos, Deputado Ariosto Holanda, parabéns pela realização deste evento. Estive aqui de manhã na cerimônia de abertura deste fórum. Para mim ficou muito clara e evidente a importância que esses institutos, com essa nova conformação, têm para preencher a lacuna existente no sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação.

Eu vou falar um pouco sobre como o CNPq, na condição de agência, está inserido nesse processo, como trabalha em sintonia com o Plano de Ação de Ciência e Tecnologia, com foco no nosso portfólio de bolsas, assim como no acesso a essas bolsas e em algumas dificuldades que temos para atender especialmente esse novo segmento do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Eu tenho uma projeção e peço que seja iniciada, por favor.

Se o Deputado me permitir, vou ficar em pé. Minha história de professor faz com que me sinta mais à vontade assim.

(Segue-se exibição de imagens.)

Nós vamos falar do papel das bolsas de fomento na consolidação da extensão tecnológica.

Foi dito aqui de manhã, e todos sabemos, que o Brasil fez um grande esforço nas últimas 3 décadas, capacitando recursos humanos e melhorando a infraestrutura para pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Portanto, não é por acaso que conseguimos alcançar recentemente a 13ª posição no mundo em produção científica, em geração de conhecimento. Esse é um feito inédito. Poucos países experimentaram crescimento como esse. Mas nosso desafio não para aí.

Todo esse processo de geração de conhecimento não foi acompanhado de esforço equivalente no desenvolvimento tecnológico ou no aproveitamento desse conhecimento.

Nós construímos enorme estoque de conhecimento, através de publicações, dissertações, teses e inúmeros outros trabalhos, mas ainda não engajamos perfeitamente o processo de transformação desse conhecimento em benefícios ou bens para a nossa sociedade.

Logicamente, isso é um processo, uma sequência de etapas. Primeiro nós temos que nos capacitar para essa questão inicial de dominar o processo de geração do conhecimento e criar essa competência para, no seguinte passo, partir



para esse segundo grande desafio do Brasil: levar esse conhecimento à indústria, ao Governo, enfim, a toda a sociedade.

Esses índices que calculei são indicadores do nosso esforço em termos de geração de tecnologia, que é a razão entre a proporção de artigos científicos publicados em veículos internacionais e patentes protocoladas em países competidores, como os Estados Unidos.

Este gráfico do centro mostra o esforço relativo dos outros países, ou do Brasil em relação aos outros países. Ou seja, o Japão tem um esforço 52 vezes maior que o do Brasil nesse indicador.

Deixo claro que patente é apenas um indicador, mas é um instrumento fundamental e importante, quando se pensa em transferência de conhecimento, em desenvolvimento tecnológico.

Quando se fala em extensão tecnológica, boa parte desse conhecimento não precisa de patente para ser transferido. Mas ele precisa de organização, precisa de noção de propriedade intelectual. E patente não é o único instrumento. Existem números que podem advir de uma simples marca, que é muito importante. Mas as instituições que trabalham, que manuseiam esse conhecimento, precisam desse domínio de questões éticas e de direitos, um direito autoral ou uma patente.

O fato concreto é que esse crescimento nosso em geração de conhecimento não foi acompanhado pela nossa capacidade de gerar tecnologia ou inovação.

Portanto, essa é a guinada que nós precisamos fazer, a partir da análise do exemplo dos países desenvolvidos, relacionando investimentos em pesquisa e desenvolvimento e o PIB *per capita*, que é o que interessa mesmo, quando se fala em desenvolvimento. O que é que está indo para o povo em geral, como consequência dessa ação?

Há, então, uma boa relação entre os países. Eu tenho aqui o exemplo da Coreia, mencionado de manhã, mostrando a inflexão da curva da Coreia em relação aos investimentos em P&D e o ganho do PIB *per capita* pelos coreanos. E temos o caso do Brasil. Estamos engatinhando ainda nesse processo.

Estamos aumentando nossos investimentos, e muito. Nossa meta até 2010 é atingir 1,5% do PIB nacional investido em atividade de pesquisa e desenvolvimento.



Mas nossa curva ainda não começou o processo de inflexão. É tudo o que estamos buscando.

Eu acho que essa nova organização dos Institutos Federais de Educação Tecnológica é muito importante para nos ajudar nesse processo, pela capilaridade que têm e pela força de trabalho de que dispõem.

Todo o mundo conhece o PAC. Nele temos o Plano de Ação de Ciência e Tecnologia, que foi um esforço muito grande também da Esplanada, liderada pelo Ministro Sergio Rezende, que esteve aqui hoje de manhã, pelo Ministério da Educação e vários outros, que buscam uma relação muito clara, orientada politicamente pelo Presidente Lula, para áreas que nós todos sabemos, como a questão da desigualdade social, as disparidades regionais, em termos de desenvolvimento e capacidade de geração de conhecimento, e várias outras questões que não vou pormenorizar aqui porque sei que os senhores conhecem.

O fato é que estamos buscando uma convergência entre as várias políticas setoriais do Governo Federal. Ou seja, política industrial com política de ciência e tecnologia, e políticas sociais convergindo para buscar o desenvolvimento sustentado do País, melhor qualidade de vida para o nosso povo e competitividade para as indústrias.

Esse plano tem 4 prioridades estratégicas. Duas dessas prioridades têm foco muito direcionado, têm ações muito específicas para a inovação tecnológica nas empresas e também ciência e tecnologia para o desenvolvimento social. São 2 vertentes do extensionismo tecnológico. Uma é aquele foco para a indústria: novos produtos; conhecimento novo, codificado, patenteado. Mas há também um espaço tremendo para a transferência do conhecimento que detemos para promover o desenvolvimento social, as chamadas tecnologias sociais.

Já temos vários exemplos de ações muito simples, mas que podem transformar, impactar a qualidade de vida de certas comunidades, em regiões ainda pouco desenvolvidas.

O Governo, então, mobiliza em uma ação política, num plano de Estado muito sofisticado e muito elaborado, os principais atores desse processo: Governo Federal e suas agências, as universidades, as empresas e os institutos e centros



tecnológicos de P&D, no sentido de garantir essa grande articulação e mobilização nacional, buscando a inflexão daquela curva.

Estamos aumentando os investimentos em ciência e tecnologia. Esses investimentos já mostraram seus primeiros resultados em capacitação de pessoal, disponibilidade de gente qualificada no nível superior. Agora queremos multiplicar isso com outro foco, outro segmento.

O sistema nacional de ciência e tecnologia está bem estruturado, de modo que podemos fomentar redes temáticas ou grupos de pesquisa ou pesquisadores individuais, estruturando ou sofisticando esses processos de fomento ou de financiamento, até o caso dos núcleos de P&D, de Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, que incluem os institutos do MCT e os IFETs.

Também temos ação importante, estruturadora desse processo, com vistas à aplicação e à apropriação do conhecimento, o SIBRATEC, que vou comentar daqui a pouco. Trata-se de um instrumento também do plano de ação de ciência e tecnologia, dentro desse processo de estruturação.

Fomentando, então, toda essa estrutura organizacional, estão as agências: CNPq, FINEP, CAPES e fundações estaduais, que mais do que nunca assumem posição estratégica nesse processo pela facilidade e maior proximidade que têm dos problemas mais reais das diversas regiões.

Também outros parceiros têm sido efetivos e importantes, como os Ministérios da Saúde, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, da Indústria e Comércio e outros, além de PETROBRAS, BNDES, Banco do Nordeste etc.

A ideia é mobilizar todas essas forças, além da indústria — e há também instrumentos específicos para a indústria —, que demanda, nesse processo de difusão e extensionismo tecnológico, mão de obra qualificada e específica para os vários setores. É um outro papel também muito importante de transferência de conhecimento.

Esse é um perfil das agências. Nós estamos falando do CNPq, que participa da política da ciência e tecnologia, da formulação dessa política, juntamente com os demais órgãos, e faz o fomento da pesquisa e desenvolvimento, com bolsas e o trabalho com pesquisadores e grupos de pesquisa, especificamente. O nosso foco são as pessoas físicas, os indivíduos, organizados ou não em grupos. E, na



sequência, temos CAPES, FINEP e as FAPs, cada uma com um perfil mais ou menos definido; mas não há camisa de força dentro delas. O fato concreto é que essas agências procuram trabalhar em sintonia cada vez maior.

Essa é a ideia do SIBRATEC, um instrumento importante dentro do Plano de Ciência e Tecnologia e que tem como plataforma básica as universidades, os centros de pesquisa e desenvolvimento e também as empresas.

O SIBRATEC tenta mobilizar essas competências nesses vários segmentos para garantir inovação tecnológica, seja para as empresas, seja para o setor público, seja para um segmento social, uma cooperativa ou associação, e contribuir com o fornecimento dos serviços tecnológicos especializados, um grande gargalo nosso, e também para o extensionismo tecnológico, seja de tecnologia industrial, seja de tecnologias sociais.

Então, o SIBRATEC está estruturado e estão em implementação várias ações de capacitação de recursos humanos, de estruturação de laboratórios, de prestação de serviços especializados, além de processos de desenvolvimento e inovação tecnológica.

Dispomos da Lei de Inovação, também um instrumento importante nesse processo, principalmente em se tratando de instituições públicas, como os institutos e as universidades. A lei foi um grande avanço nesse processo de tentar convergir, facilitar a integração entre o setor demandante, seja o empresarial, seja o público, e as universidades. Então, disciplina as regras de relacionamento, faz o estímulo à inovação tecnológica nas instituições, cria incentivo para as empresas. E a ideia geral dessa lei é criar um ambiente favorável à transferência de conhecimento e inovação tecnológica. Ela tem algumas dificuldades, mas tem representado um progresso muito grande.

Isso é só para sintonizar o que precisamos fazer. Eu tenho certeza de que os senhores sabem, mas ver os números e os resultados é mais interessante.

Nós sabemos que há dificuldade muito grande para se fazer inovação tecnológica no nosso País. Há questões culturais das empresas, da própria sociedade. Esse é um estudo que mostra quais são os principais problemas apresentados pela empresa: mão de obra qualificada, específica para cada setor, é o fator que mais pesa nessa dificuldade, 20%.



Já foi dito de manhã — e eu acho que isso está claro na cabeça de todos nós — que nós ainda precisamos ir além do analfabetismo funcional. Quer dizer, nós temos de resolver esse problema, mas nós precisamos ir além dele e capacitar as pessoas profissionalmente.

Problemas internos das empresas são uma questão cultural, mas isso está mudando também. E há um grande esforço de todos os órgãos do Governo no sentido de promover essas mudanças, de colocar pessoas mais qualificadas dentro da empresa, com um pensamento não só no final da produção e no lucro, mas também no processo de inovação tecnológica.

Instabilidade política e ambiente regulatório são questões específicas de alguns marcos regulatórios, como a Lei 8.666. Eu sei que todos enfrentam dificuldades com essa lei, e nós também, nas agências.

Há problemas também com custos de importação e burocracia, principalmente no que diz respeito à importação de novos equipamentos e máquinas. Essas são as questões.

Eu quero chamar a atenção para o foco do nosso evento hoje, a questão da mão de obra qualificada.

Precisamos formar pessoas, e hoje não temos recursos humanos qualificados ainda para fazer a gestão de ciência, tecnologia e inovação. Temos grande competência para gerar conhecimento acadêmico, mas na sequência dessa cadeia, até chegar ao mercado, até chegar ao usuário ainda falta uma série de profissionais. E um dos profissionais é com esse perfil. Ele precisa ter formação direcionada e multidisciplinar para processos e negócios da inovação e da transferência de competência. Então, ele precisa ter formação em administração e negócios, ciência e tecnologia, e direito, regras de mercado. O profissional de gestão de ciência e tecnologia precisa ser preparado com a maior urgência.

Os mestrados profissionais regulados pela CAPES são instrumento de grande valor e de grande importância, mas ainda enfrentavam alguma dificuldade, e se caminha para uma solução agora, com uma nova portaria, uma nova orientação da CAPES nessa linha. Eu acho que é um campo muito fértil para os institutos federais.

Qual é o papel do CNPq? Fomento à ciência e tecnologia, formação de recursos humanos. Isso tradicionalmente. O CNPq, tradicionalmente, era a casa do



pesquisador, a casa do cientista, para formar recursos humanos e viabilizar o processo e a competência, para geração de conhecimento.

Mais recentemente, principalmente com o advento dos -, a regulamentação do FNDCT e o PAT, estamos cada vez mais engajados no processo de transferência, porque estamos chegando à conclusão de que não adianta só gerar e aumentar o estoque de conhecimento sem que ele seja aproveitado.

Então, há uma mudança de comportamento, que procura preservar toda a atividade acadêmica, ampliando cada vez mais todos os processos de geração de conhecimento. E estamos tendo oportunidade de abrir um pouco mais para essas ações, com mais foco na difusão.

Essa é a questão do nosso orçamento. Ele é crescente, mas boa parte dele é consumido com bolsas. Vamos ver uma figura que mostra isso com mais clareza. Temos conseguido aumentar nosso aporte de recursos para fomento à pesquisa, graças à criação dos Fundos Setoriais e, mais recentemente, com a regulamentação do FNDCT. Então, nossos recursos aumentam muito. Mas temos alguns problemas, como o Ministro Sérgio Resende antecipou hoje de manhã, problemas orçamentários. Como nós trabalhamos, como nós aplicamos nossos recursos?

São 2 linhas básicas. Trabalhamos com a chamada demanda espontânea, aquilo que vem da comunidade científica ou tecnológica, ou grupos sociais mobilizados por essas comunidades.

Os nossos instrumentos de atendimento são o edital universal, as bolsas PQ, e outras modalidades de bolsa. Mas crescem muito as nossas ações, eu diria, induzidas. Não induzidas pelo público, mas há espaço muito grande para atender demandas setoriais bem estruturadas e bem organizadas, via, então, o Comitê Gestor dos Fundos Setoriais.

Por aqui, nós trabalhamos editais específicos e podemos trabalhar convênios em termos de cooperação específica. Então, isso traz uma mudança e implica uma nova cultura nos processos do CNPq.

Essa é uma ideia do nosso orçamento mais recente. Esse é de 2007, mas não mudou muito para 2008 e 2009. Setenta e três por cento dos nossos recursos são alocados pelo PPA, são recursos orçamentários do Tesouro, suplementados por Fundos Setoriais de outros ministérios e alguma coisa do próprio MCT.



Onde nós aplicamos? Setenta e dois por cento em bolsas, 15% em fomento; 10% em pessoal; 3% em administração. Então, o grosso do nosso orçamento hoje ainda vai para bolsa. Mas isso está mudando.

Aqui, é só para dar uma ideia da contribuição dos recursos advindos dos Fundos Setoriais e chamar atenção para o fato de que nosso orçamento específico, que vem do PPA, do Tesouro, está sofrendo um decréscimo, e vamos ver que isso tem consequência.

Isso é apenas uma ideia generalizada do nosso funcionamento — editais e chamadas para bolsas e auxílios. Então, nós temos os tradicionais, que eu já mencionei; alguns outros que estão tornando-se tradicionais, como Casadinho e Milênio; participação e realização de eventos; programas em parcerias com as FAPs, como o PRONEX, que foi revitalizado e aplicará nos próximos anos quase 200 milhões em parceria com as fundações; financiamento para as instituições de ciência e tecnologia; bolsas DCR; bolsas BIC-Júnior; Programa Primeiros Projetos; e assim por diante.

Ações especiais advindas dos Fundos Setoriais de Ministérios e de parceiros outros, como a própria FINEP. Nós implementamos todo o programa de bolsas da FINEP. Então, se alguém ganha uma bolsa via ação da FINEP, o CNPq é que instrumentaliza.

E há vários outros programas, que eu não vou ter tempo de discutir e apresentar. Vários deles têm viés muito forte no campo da transferência de conhecimento e inovação tecnológica, como o TIB, o PNI e o BITEC.

Trabalhamos ainda com encomendas e convênios. As encomendas estão cada vez mais difíceis de serem implementadas, tendo em vista o aperto dos marcos regulatórios e dos órgãos controladores. Isso, então, fica cada vez mais limitado.

Com relação às modalidades de bolsas, temos aqui o conjunto de bolsas individuais no País, bolsas de fomento científico. A mais importante é a bolsa de pesquisador, bolsa de Produtividade em Pesquisa — PQ. Ainda temos a PV e a DCR, em parceria com a FAPESP; as de pós-doutorado júnior e pós-doutorado sênior; a Sanduíche na empresa; e a de pós-doutorado na empresa.



Além dessas, temos bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado via editais. Há outro mecanismo de concessão desse tipo de bolsas, sobre o qual falarei daqui a pouco.

Também temos uma variedade imensa de bolsas de fomento tecnológico. A maior, mais graduada, mais competitiva e, eu diria, mais importante é a bolsa DT. Agora, conseguimos autorização do Ministro para relançar a chamada de bolsa DT, dobrando o número de bolsas, ainda muito pequeno. Ela é equivalente à PQ, mas com foco exclusivamente no desenvolvimento tecnológico, para institutos.

Especialistas visitantes: bolsas DTI, EXP e ITI, de iniciação ao desenvolvimento tecnológico, para estudantes de graduação. Temos também a ATP e várias outras.

Quanto a bolsas individuais no exterior, também continuamos com a bolsa de doutorado, extremamente restrita. Temos ainda a de pós-doutorado no exterior, Sanduíche no exterior — com essa atendemos a toda a demanda qualificada, pois é prioridade na agência, e outras.

Bolsas de fomento tecnológico de curta duração como a BSP, para quem quiser desenvolver projeto de curta duração e necessitar de um bolsista.

Bolsas por cotas para as instituições. Isso é importante para os institutos. Temos os programas de iniciação científica, a exemplo do BIC-Júnior, de que falei, feito em parceria com as fundações e é cota institucional. Temos também o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC, que todos conhecem; e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação — PIBITI.

Aos cursos concedemos bolsas de mestrado, doutorado, pós-graduação integrada e doutorado direto; aos pesquisadores ainda se podem conceder IC e AT; e às FAPs, a Iniciação Científica Júnior — caminho muito interessante para os institutos, destinado ao estudante que ainda não está na universidade. Foi implantando como projeto piloto recentemente e tem um sucesso tremendo. O grau de aprovação desses alunos no vestibular é altíssimo.

Modalidade de bolsa por cotas: as cotas institucionais, conforme expliquei, são aquelas concedidas à instituição. Falei delas há pouco, então não há



necessidade de repetir. Vemos aqui uma breve descrição de cada uma delas, que não vem ao caso.

Bolsas de fomento ao desenvolvimento tecnológico. Essas são mais focadas no desenvolvimento tecnológico e na transferência de conhecimento.

A DT é um estímulo a pesquisadores de alto nível, com produção voltada à atividade tecnológica e de inovação.

A Sanduíche na indústria destina-se ao estudante que está num programa de doutorado — por exemplo, um professor de um instituto, que está terminando o doutorado e poderá fazer a pesquisa na empresa por meio da SWI.

A de pós-doutorado industrial destina-se, por exemplo, ao recém-doutor que quer trabalhar num projeto na indústria.

A de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial — DTI talvez seja a mais conhecida por todos nesse processo de difusão e destina-se à incorporação de profissionais qualificados a projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação.

A de Iniciação Tecnológica e Industrial — ITI é esse mesmo modelo, mas para estudantes de graduação, e destina-se à extensão no País, ou seja, a apoiar profissionais especialistas, visando ao desenvolvimento de atividade de extensão inovadora ou de transferência tecnológica.

Portanto, registro que essas bolsas têm hoje prioridade dentro da agência. E aproveito para informar que a questão de bolsas no País é bastante complicada. Poucos são os órgãos com competência jurídica e fiscal correta para conceder bolsas. Temos o CNPq, a CAPEs e raríssimos outros.

As bolsas estão sujeitas e submetidas a regras, que muitas vezes dificultam a implementação. Cito o exemplo das DTIs: o indivíduo, para ganhar essas bolsas, não pode ser funcionário público federal — somente em casos excepcionais. Há uma confusão muito grande, porque muitos coordenadores indicam essas bolsas para quem tem esse vínculo, e isso não é permitido. Causa-nos um problema muito grande.

Esse quadro resume, então, nosso cenário de bolsas em 2007 e 2008. Vou pular para o seguinte. Falta um pedaço aqui, mas veremos o próximo: a situação de 2009. Para termos uma ideia, com relação à Iniciação Científica Júnior, estamos



prevendo a concessão de 10 mil bolsas neste ano, o que custará 12 milhões de reais.

Quanto à BIC-Júnior, temos 23 mil bolsas, apenas do CNPq. Se computarmos outras, de fundações etc., veremos que o País concede hoje 30 mil bolsas nessa modalidade.

Nos cursos, são gastos 82 milhões de reais. Para mestrado e doutorado, temos 20 mil bolsas — custo aproximado de 380 milhões de reais por ano.

Com relação às bolsas DTI, EXP e ITI, queremos chegar próximo a 10 mil bolsas. Estamos com de 6.800 a 7 mil, num custo de 117 milhões de reais.

Bolsa de Pós-Doutorado Júnior — PDJ, 1.000; Bolsa de Desenvolvimento Científico Regional — DCR, 600; bolsa PQ mais *grant*, 12 mil.

Então, gastaremos, em 2009, 882 milhões de reais somente com o programa de bolsas. Quero esclarecer que boa parte das bolsas de extensão tecnológica são atreladas a projetos, com exceção da DT. Elas vêm atreladas a projetos e têm que sair de outros recursos. Não há espaço para elas nesse orçamento.

Isso é o que tem acontecido com nosso orçamento. Daí nossa dificuldade. Temos uma vontade tremenda inclusive com relação a novas modalidades — antecipando o projeto de lei — de bolsas de extensão, que não puderam ser estruturadas ou lançadas por falta de recursos.

Em 2007, nosso recurso de PPA era de aproximadamente 900 milhões de reais. Caiu em 2008 e subiu um pouquinho em 2009, mas tivemos um corte de 185 milhões de reais, e, se não forem repostos — há promessa do Presidente de que serão repostos —, teremos dificuldade em executar o programa de bolsas que estamos fazendo.

Então, a ideia é de que o CNPq deixe de ser mera agência de fomento e de bolsas para pesquisadores e pós-graduados e contribuir apenas para essa capacitação científica. Para que, daqui a alguns anos, sejamos a décima potência científica do mundo, também queremos criar vias ou meios de transferência desse conhecimento, por meio da inovação e da difusão do conhecimento.

Temos, como já mostrei rapidamente, todos os instrumentos possíveis para abrir e ampliar essa frente de transferência de conhecimento. Entendemos que, se não conseguirmos ampliar a aplicação e a apropriação do conhecimento pela



indústria e pela sociedade, o processo lá atrás poderá ser comprometido. Todo o plano de ação de ciência e tecnologia foi construído baseado em premissas. Uma delas é de que ciência, tecnologia e conhecimento devem ser instrumentos importantes de desenvolvimento econômico e social.

A ideia é aperfeiçoar os processos do CNPq de tal modo que possamos ser receptores de várias ações dos diversos Ministérios, no sentido de promover a inovação nas empresas e na sociedade. Isso já vem acontecendo. Os senhores já devem ter conhecimento de vários editais nossos em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou com Fundos Setoriais, que são ações específicas. Cito o Intervivência, edital que lançamos no ano passado, para levar os jovens de zonas rurais distantes para dentro das instituições de ciência e tecnologia no período de férias. Assim, eles podem entender o que se faz numa universidade, facilitando, portanto, a interação.

Esta é a ideia, a proposta do CNPq: continuar apoiando a ciência básica, o conhecimento novo, mas também criar alternativas para maior apropriação desse conhecimento.

Essa é uma ideia do que tem acontecido com as principais bolsas. Bolsas DTI praticamente não têm crescido muito, bolsas ITI começam a crescer um pouquinho a partir de 2007. De modo que crescem as bolsas de extensão nos projetos. Isso tudo é via Fundo Setorial.

Se tivermos legislação específica por parte do Congresso Nacional e um fundo, como se pretende criar, podemos ampliar e muito as modalidades, os tipos e também as quantidades dessas bolsas, junto com outros órgãos e Ministérios.

Crescem muito os editais específicos com perfil tecnológico. Muitos são exclusivos de algum problema científico, mas a maioria deles tem essa conotação. Vejam o que aconteceu em 2006, 2007 e 2008. Em 2008, nós lançamos 31 editais com forte viés tecnológico — não exclusivamente, mas também —, ou seja, que contemplariam ações e projetos com esse foco de transferência, e foram investidos 320 milhões. Por isso, a concessão de bolsas de extensão cresceu muito.

Essa é a lista dos editais. Não vou citá-los um a um. São vários. Esses são os lançados em 2007 — alguns deles os senhores devem identificar, como o da agricultura familiar. Os que foram lançados em 2008 e têm esse foco tecnológico:



por exemplo, inovação tecnológica para agricultura familiar, rede bambu, conservação e uso de água em pequenas propriedades rurais, e assim por diante.

Encerro por aqui. Estarei à disposição dos senhores.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Parabenizo o Prof. Siqueira, nosso companheiro de luta, pela excelente exposição, e aproveito para lançar ao CONIF e aos reitores presentes o desafio de cada instituto preparar um plano de extensão.

É óbvio que temos de respeitar as especificidades de cada região. E assumiríamos o compromisso de negociar os recursos no Congresso, para garantir a execução desse plano em cada instituto. Creio que não será difícil, se executarmos um bom plano. Tenho certeza de que todos os Deputados nos ajudarão na negociação e na alocação desses recursos.

A primeira pergunta que faço ao Prof. Siqueira é a seguinte: dos planos de bolsa que apresentou, qual o senhor considera o melhor para aplicação dos recursos, de acordo com a visão da extensão de cada instituto? Se possível, eu gostaria que nos desse também a funcional programática. Vamos chegar até os detalhes.

A minha ideia, Paulo César, é a de que cada instituto traga o seu plano de extensão, sobretudo com o foco social da sua região, conforme o que foi dito pela manhã. Sempre digo, Siqueira, que trabalhar para rico é fácil. Difícil é trabalhar para pobre. Existe uma pobreza estabelecida no País: 85 milhões de brasileiros estão à espera de uma ação de transferência de conhecimento. E nós estamos acreditando muito na Rede. Faço muita fé nessa Rede. mas queremos saber o caminho das pedras. *(Palmas.)*

Peço que me forneça a funcional programática e me diga qual é o melhor local. O CONIF vai reunir-se e recolher o planejamento de cada um dos seus institutos. Depois vamos reunir-nos com os Deputados em seus Estados, e cada um terá de começar a trabalhar, porque o Orçamento está próximo de ser votado, e temos de garantir recursos para o CNPq. Contanto que saia dos editais. Acho que edital é bom de um lado, mas tem de ser o edital definido pelo instituto e, lógico, de conformidade com o planejamento de cada Estado, que é importante.



O senhores não acham essa uma boa ideia? Será que podemos caminhar nessa direção? *(Palmas.)*

Eu quero sair deste encontro com resultados concretos, para depois acompanharmos.

Então, o senhor me dará a funcional programática, o Presidente do CONIF se reunirá depois com seus reitores, e cobraremos esse plano, que tem certa urgência. O Orçamento está aí, e começaremos a trabalhar para garantir recursos orçamentários, de emendas de bancadas ou de Comissão, contanto que implementemos esse programa e ele seja um sucesso.

Depois vou fazer o mesmo com a CAPES. *(Palmas.)*

Passo a palavra ao Prof. Sandoval Carneiro Júnior, Diretor de Relações Internacionais da CAPES.

O SR. SANDOVAL CARNEIRO JÚNIOR - Boa tarde a todos. Agradeço ao Deputado Ariosto Holanda o convite. Em nome do Presidente da CAPES, Prof. Jorge Guimarães, cumprimento a todos. Ele está, no momento, acompanhando o Ministro da Educação em reunião da UNESCO e, por isso, não pôde comparecer, mas tenho certeza de que estaria aqui se pudesse.

A CAPES está representada por mim, Diretor de Relações Internacionais, e pelo Prof. Teatini, que, na verdade, tem missão mais afeta às discussões voltadas para a extensão do que no meu caso. Mas, como eu já estava inscrito, achei que seria bom também comentar um pouquinho as ações da CAPES no que diz respeito ao apoio aos CEFETs e aos agora IFETs.

Ao longo da sua existência, a CAPES vem apoiando a formação de pessoal de nível superior. Essa foi sua missão, que iniciou em 1951, no mesmo ano de nosso coirmão, o CNPq. E, a partir da necessidade da formação no exterior, a CAPES desenvolveu vários programas. Daí a questão da cooperação internacional, que sempre acompanhou a agência.

No bojo da reforma de 2007, quando a CAPES recebeu 2 novas importantes missões, ligadas ao treinamento dos professores do ensino primário e fundamental, foi criada a Diretoria de Relações Internacionais, que incorporou os programas de bolsas no exterior e a cooperação internacional propriamente dita. E eu tenho a honra de ser o primeiro diretor dessa nova fase da CAPES.



No passado, nós tivemos diversos programas de apoio aos CEFETs, e esses programas incluíram, por exemplo, um convênio com a agência DAAD, da Alemanha, para o treinamento de professores nas universidades técnicas alemãs, as chamadas *Fachhochschulen*. Além disso, a CAPES manteve a política de apoiar todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a nível de mestrado e doutorado, e os CEFETs e agora IFETs que buscaram o caminho da pós-graduação estão sendo apoiados pela CAPES, na forma de concessão de bolsas e auxílio para seus docentes.

A CAPES também baliza o programa dos mestrados profissionais, um pouco mais afeto à área dos institutos. Só que, no caso do mestrado profissional, o programa não prevê a concessão de bolsas pela agência, mas por outros órgãos que estão interessados naquela formação mais específica, mais tecnológica. A Agência se coloca à disposição da coordenação para desenvolver programas.

Como nós, da CAPES, dissemos, o Prof. Jorge Guimarães sempre insiste que boas ideias e bons ideais sempre conduzem a projetos relevantes e à conquista de novas verbas para aplicar no desenvolvimento do País.

Outra visão que eu acho importante — a CAPES vem tentando fazer isso — é uma associação, uma parceria com as fundações estaduais de amparo à pesquisa que se estão consolidando em vários Estados. Começou em São Paulo, e todos aqueles que militam na área de pós-graduação e pesquisa fora do Estado de São Paulo tem uma certa inveja da FAPESP, pelo seu poder, pela sua ação, mas outras estão vindo atrás, como no Rio de Janeiro, Estado ao qual acabei me vinculando, na COPPE.

Como dizia, a FAPESP tem desempenhado papel bastante importante, e há pouco tempo a CAPES assinou um convênio com a FAPERJ para fazer parcerias em diversas ações. Estamos conversando também com a FAPEMIG e abertos a outras negociações com as FAPs, a fim de que haja uma coordenação para evitar a duplicidade de ações.

Acho muito relevante que, nos Estados, por meio das suas FAPs, das suas estruturas, se busque também uma parceria com o Governo Federal para então potencializar melhor os investimentos.



Coloco-me à disposição de todos e passo a palavra, se me permite o Deputado, para o meu colega Teatini, que, como eu disse, terá mais relevância nas discussões específicas deste fórum.

Agradeço mais uma vez o convite.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ CARLOS TEATINI - Boa tarde.

Agradeço também o convite ao Professor e Deputado Ariosto Holanda e saúdo todos os colegas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e de outras instituições ligadas à ciência, à tecnologia e à extensão.

A Diretoria de Educação Básica da CAPES foi criada pelo decreto que alterou a sua estrutura em julho de 2007. Nesta data, a lei que reestruturou a CAPES criou duas diretorias de educação básica: a Diretoria de Educação Básica a Distância, onde está abrigado o sistema da universidade aberta do Brasil, e a Diretoria de Educação Básica Presencial, à qual estão ligados outros programas que irei mencionar aqui.

Até 2007, a CAPES tinha uma longa tradição em fomentar, induzir e avaliar a educação superior, em especial a pós-graduação no Brasil. O Prof. Jorge Guimarães gosta de dizer que a CAPES, em sua história — e ela vai completar 58 anos agora no mês de julho —, passou metade do tempo só fomentando e metade do tempo fomentando e avaliando.

E a razão de essas duas diretorias de educação básica virem para a CAPES é cumprir a concepção original proposta por Anísio Teixeira. A formação de professores, na concepção de Anísio Teixeira, é direcionada para todos os níveis de formação, e ficou concentrada basicamente na pós-graduação.

A extensão a que vou me referir é uma extensão especial a que a CAPES se dedica agora, por meio de instituições de educação superior no Brasil, particularmente as públicas, mas não só as públicas, que visa a minorar a situação absolutamente caótica de formação dos professores da educação básica brasileira.

Hoje, o Brasil tem nas redes estaduais e municipais em todo o País cerca de 1 milhão e 600 mil professores. Desses, 600 a 700 mil não têm formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Quer dizer, mais de 40% dos professores não têm formação adequada. É quase impossível se pensar em desenvolvimento



cultural, econômico e social se não for dada uma formação melhor aos nossos professores, particularmente aos da educação básica pública, que foram praticamente abandonados durante muito tempo.

A partir de um ofício de julho de 2008 do Ministro da Educação, Fernando Haddad, foi feita uma consulta pública a todas Secretarias Estaduais de Educação sobre a formação de professores de educação básica, propondo inclusive para essa consulta pública uma minuta de decreto de uma política nacional de formação de professores. Além disso, propôs que os Estados começassem a elaborar seus planos estratégicos de formação de professores nesse período.

Dos 27 Estados da Federação, 21 atenderam esse apelo, e, no dia 28 de maio, foi lançado o primeiro plano nacional de formação de professores da educação básica. Esse primeiro plano nacional envolveu 92 instituições de ensino superior, sendo — pode até a soma não bater — 36 ou 38 universidades federais, 16 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 28 universidades estaduais, e, no caso de alguns Estados, foram absorvidas pelos fóruns estaduais permanentes criados a partir do decreto instituições comunitárias e confessionais. No caso, por exemplo, de Santa Catarina, são 13 as instituições comunitárias que o fórum estadual instituído pelo decreto aceitou que participassem da política nacional de formação.

Com esse plano, a previsão é formar até 2014 cerca de 330 mil professores sem formação adequada à LDB, divididos em cerca de 250 mil professores, vagas em cursos de licenciatura em formação inicial, professores que não têm qualquer formação superior; um número por volta de 70 mil de professores que têm formação de licenciatura, mas atuam fora de área — por exemplo, um professor de História que dá aula de Física —; e um número entre 12 a 15 mil de professores graduados, mas que não têm licenciatura — por exemplo, um médico que dá aula de Biologia.

Essas 330 mil vagas, que já estão sendo oferecidas, serão disponibilizadas a partir do segundo semestre de 2009, com entradas em 2010 e 2011. Então, somente agora, em 2009, serão oferecidas 55 mil vagas.

Esse grande esforço das instituições federais, estaduais e comunitárias é que permite que estejamos conseguindo oferecer para um período de 5 anos mais da



metade da demanda de vagas por formação dos professores da educação básica pública.

Participarão também desse esforço os Estados e os Municípios por meio dos polos de apoio presencial do sistema universidade aberta do Brasil. Dessas 330 mil vagas, cerca de 58% são vagas presenciais, porque principalmente em relação à segunda licenciatura o Conselho Nacional de Educação determinou que fossem feitos cursos presenciais e cursos a distância.

Atualmente, o sistema de universidade aberta do Brasil tem 555 polos em todas as unidades federativas. Agora serão incorporados mais cerca de 150 polos. Então, teremos funcionando a partir do segundo semestre e início do próximo ano 730 polos em todas as 27 unidades federativas, em parceria estreita com os Estados, com os Municípios e com as instituições públicas de educação superior.

Tenho certeza de que vários dos institutos aqui presentes não só já participam do sistema de universidade aberta como também do nosso Plano Nacional de Formação. Vejo que alguns dos senhores participaram inclusive das reuniões promovidas pela CAPES de janeiro até abril, para discutir quais seriam as possibilidades de oferta nos seus diversos *campi* presenciais ou a distância.

Hoje, essa oferta está disponibilizada numa plataforma que também foi elaborada no MEC, a chamada Plataforma Paulo Freire, em homenagem ao nosso grande educador. Nessa plataforma o professor vai ter um currículo, assim como tem o *Curriculum Lattes* do CNPq um professor de educação superior. Então, o professor da educação básica vai ter o seu currículo lá dentro e vai poder fazer a sua formação a partir dessa plataforma, onde ele vai fazer a sua pré-inscrição. Essa pré-inscrição é analisada pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Essa solicitação vai para as instituições formadoras, que vão ver se há vagas suficientes. Se não houver, pode fazer um sistema seletivo inclusive simplificado. Pode também e deve fazer uma destinação emergencial de vagas para professores em exercício da rede pública. Isso já tem, inclusive, um parecer favorável da Consultoria Jurídica do MEC.

Então, a formação do professor vai ser gerida por ele, pela escola de que ele participa, pela Secretaria do Estado ou do Município e pela instituição na qual ele pretende se matricular. Quer dizer, é um sistema onde de fato pretendemos



consolidar o regime de colaboração do Ministério da Educação com as instituições formadoras, com Estados e Municípios.

Um ponto fundamental nesse Plano Nacional de Formação de Professores são os foros estaduais permanentes de apoio à formação de professores. Esses foros estaduais são coordenados pelas Secretarias Estaduais de Educação, com a participação dos reitores de todas as instituições que estão no plano, representação da UNDIME, da CNTE e do MEC. Então, é um fórum que terá também a atribuição de acompanhar a execução desse plano.

Fora esse grande esforço que é o Plano Nacional de Formação de Professores, nós temos na CAPES, na educação básica, outros programas em que também já existe a participação de vários institutos. Um deles é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência — PIBID. Da mesma maneira como foi mencionado aqui o PIBIC, para iniciação científica, o PIBID é para poder fortalecer e valorizar as licenciaturas, de forma que um aluno de uma licenciatura vai trabalhar numa escola de educação básica pública, com a orientação de um professor da sua instituição e com o acompanhamento e supervisão de um professor na escola. Nós pretendemos chegar, no ano que vem, a cerca de 20 mil bolsas do PIBID, um programa que se iniciou em 2007. Devemos lançar o novo edital ainda este mês e nesse edital haverá uma grande abertura, porque está sendo dada também a possibilidade de se conceder bolsas para os professores da educação básica que estiverem matriculados nos cursos de formação oferecidos. Quer dizer, isso ajuda o professor também a ter sucesso no seu curso.

Há também o Programa Pró-Docência, que abrange programas de pesquisa em diversas áreas, principalmente nas licenciaturas, trabalhando em cima de dados do INEP, também com sugestões de inovações.

Então, no caso particularmente dos institutos, que, pela lei da sua criação, têm de dedicar 20% das vagas às licenciaturas, é extremamente positivo que você se engaje nesses programas e principalmente naquelas licenciaturas ligadas à educação profissional, ao ensino médio profissionalizante e em determinadas áreas também do ensino médio que são difíceis de preencher, como, por exemplo, o ensino de Física, de Matemática, de Biologia, enfim, algumas áreas do ensino médio que têm carência muito grande de professores.



Há o Programa Observatório da Educação, feito também com o INEP e agora com a SECAD, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, a fim de se poder também trabalhar com dados do INEP em áreas de grande carência no Brasil. Então, também aí há uma abertura muito grande para a questão da extensão, principalmente em regiões onde o desenvolvimento está agora se alavancando — e os institutos vão ter uma participação muito forte nisso aí —, que possa direcionar esses projetos para experiências regionais, para inovações, para áreas de carência.

Alguns outros programas que estão em implantação: um programa chamado MAB — Mobilidade Acadêmica Brasil, que permitirá que as instituições do Brasil inteiro, como, por exemplo, uma instituição de Pernambuco que tem excelência em determinada área, faça um convênio com uma instituição, vamos supor, de Rondônia e haja uma troca de professores e de estudantes por meio de um acordo interinstitucional. Há também uma bolsa chamada Aposentado Ativo. No Brasil nós temos muitos professores aposentados que têm uma grande contribuição a dar. De forma que esses professores poderão contribuir em novos *campi* em polos da universidade aberta do Brasil que têm dificuldade para arregimentar professores com formação específica.

Uma outra bolsa que devemos implantar ainda este ano é a bolsa do recém-licenciado, nos moldes também da residência médica. Seria uma espécie de residência docência. Até já existe um projeto em andamento no Senado Federal, de autoria do Senador Marco Maciel, que institui esse tipo de bolsa. Dessa forma, o licenciado, mesmo antes de poder fazer um concurso, poderá ser orientado pela instituição de origem e já passar a lecionar nas escolas de educação básica.

Em suma, nós temos um número bastante razoável de projetos em andamento, como, por exemplo, a ampliação, como foi mencionada, do mestrado profissional. Hoje já existem no Brasil 58 programas de mestrado profissional em educação, ciências e matemática. A CAPES já tem um comitê específico para isso e é também um ponto extremamente importante nas áreas onde nós temos muita carência e com impacto direto na questão tecnológica.

Outro aspecto também extremamente importante é que a valorização do professor vai depender de ele ter formação inicial, de ter formação continuada, de ter



estímulo à carreira docente, além de outros estímulos essenciais, como o piso salarial, uma carreira docente que seja de fato atraente, que o professor tenha disponibilidade, por exemplo, para poder se formar melhor ao longo do tempo.

Então, para tratar de todos esses programas estamos à disposição na CAPES. Nós teremos agora em nosso Plano Nacional de Formação oportunidade muito boa de fazer um contato maior por meio dos foros estaduais permanentes de formação, onde todos esses assuntos aqui apresentados poderão ser discutidos.

Em suma, é isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Gostaria de agradecer aos 2 expositores as intervenções oportunas e relevantes. Inclusive, o professor estava falando e eu já estava pensando num projeto. Talvez dê para negociar, professor. *(Risos.)*

O professor apresentou um dado muito importante, que é a questão de que 40% dos professores não atendem os pré-requisitos da LDB, pois falta-lhes a formação adequada.

Inclusive, recentemente, atendendo a convite do Reitor Cláudio Ricardo, do Ceará, e do Samuel, do SETEC, o Prof. Jorge Guimarães visitou conosco o SETEC de Limoeiro, onde começamos a discutir um projeto do qual acho importante os senhores tomarem conhecimento.

Os senhores sabem que o ensino fundamental está a cargo dos municípios. Essa é a dificuldade maior. Ao discutirmos com alguns Prefeitos, vimos uma oportunidade por meio do ensino à distância. Por exemplo, se cada *campus* tivesse uma base de ensino à distância... Inclusive nessa publicação que os senhores receberam há um detalhe de uma sala de videoconferência, com todos os equipamentos. A ideia é de que pudéssemos caminhar nessa direção. Por exemplo, se cada *campus* pudesse implantar esse programa de ensino à distância e, no seu entorno, os municípios pudessem ser beneficiados, isso seria fundamental para ajudar as nossas professoras que estão precisando de ajuda. Nós detectamos que muitas delas querem muito fazer uma graduação, um mestrado, e não fazem por quê? Porque os Prefeitos não mandam na lei. E não é porque não querem, mas porque não podem. Como a maioria dos cursos de graduação e de mestrado está



nas capitais, fica esse impasse. Então, esse caminho do ensino à distância, para mim, encurtaria a distância do conhecimento e rapidamente chegaríamos lá.

Então, pergunto ao Plenário se não seria importante que em torno de cada *campus* houvesse municípios precisando de ajuda. Um dos cursos, professor, que considero fundamental que se implante é sobre gestão escolar, porque as escolas são a cara do diretor. Enquanto nós tivermos diretores sendo moeda de troca política, não iremos a lugar algum. Quantos diretores nós temos que foram indicados por questão puramente política?

Será que daria para encaminhar para a CAPES o projeto no qual estou pensando? Fica então esse desafio para os diretores e reitores, no sentido de que possamos trabalhar principalmente o projeto de ensino à distância, para capacitar sobretudo os nossos professores.

Agora vamos passar a palavra ao nosso Reitor Paulo César, para suas considerações e intervenções.

O SR. PAULO CÉSAR PEREIRA - Boa tarde. Quero cumprimentar o Prof. José Oswaldo, o Prof. Sandoval, o Prof. Teatini, mais uma vez o Deputado Ariosto Holanda, e os colegas presentes neste fórum. Peço compreensão aos colegas da Rede para mostrar 5 *slides* sobre uma apresentação da Rede. São informações básicas para uma melhor compreensão sobre como se situam os institutos federais.

Por exemplo, ainda temos ouvido, mesmo durante este evento, algumas pessoas falando em IFET, e esse é um assunto praticamente já superado na Rede. Temos trabalhado a ideia da consolidação da denominação de institutos federais. Temos algumas dúvidas sobre até que ponto nos tornamos conhecidos como CEFET. A sigla às vezes compromete o conhecimento de que são instituições federais e instituições de ensino. Fazendo referência ao nosso colega José Costa, nós éramos escola técnicas, e ninguém nos chamava de ET. (*Risos.*) Então não é preciso a denominação de IFETs. Eu tenho insistido nisso em cada evento de que participo, tentando não ser deselegante, mas, ao mesmo tempo, pedindo a cada um que nos ajude na divulgação dos institutos federais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Permita-me só uma intervenção, Sr. Paulo César? O senhor fala em instituto federal, mas eu falei assim uma vez no plenário, e os Deputados pensaram que eram os 10 institutos federais



do MCT, que tem institutos conhecidos como institutos federais. Por isso que às vezes se faz essa confusão. Não sei se não vão confundir.

O SR. PAULO CÉSAR PEREIRA - Vamos fazer essa disputa.

Muito bem, eu pediria que fosse feita a projeção dos *slides*, para uma breve apresentação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

(Segue-se exibição de imagens.)

São 100 anos de história. A Rede Federal tem praticamente o dobro da idade das universidades públicas no Brasil. Portanto, quando vimos para um evento falando da pretensão de se construir a extensão tecnológica com base nos institutos federais, penso que esses 100 anos de acúmulo de experiência trazem credibilidade à Rede Federal e a sua atuação principalmente na capacitação de trabalhadores.

Algumas pessoas e algumas lideranças ficam perguntando até o motivo da mudança frequente de denominação dessas instituições. Ocorre que, na verdade, essa rede tem experimentado um processo de evolução e de ampliação do seu papel social. Não faria o menor sentido essas instituições hoje serem chamadas de escolas de aprendizes e artífices. Elas foram criadas para os desvalidos da sorte, os desvalidos da fortuna, com a expectativa simplesmente de oferecer formação básica ao cidadão.

Hoje falamos dos institutos federais como instituições que atuam na verticalização da formação e do ensino desde a formação básica até a pós-graduação. Essas instituições passaram pela condição de oferta do liceu industrial, depois pela condição de escolas técnicas, atuando fortemente na formação de técnicos de nível médio, depois em centros federais, instituições de educação profissional, com autorização para ofertar ensino superior, mas sempre nas disposições transitórias da lei. Agora os institutos federais chegam para dar conta a um desafio muito grande, que é o de colocar em pleno funcionamento em todo o País 354 *campi*.

Hoje a configuração da Rede Federal é esta: temos pelo Brasil 38 institutos federais, 2 centros federais e 1 universidade tecnológica e, até 2010, nós teremos em funcionamento 254 *campi* espalhados por todo o Brasil.

Com esse número colocado no mapa do Brasil dá para perceber a capilaridade de que a Rede hoje dispõe e oferece ao cidadão. Ainda há algumas



lacunas, como a Deputada Janete disse hoje pela manhã, mas nós percebemos, visualmente, em cada localização, a capacidade que tem essa rede de chegar muito próximo do trabalhador na sua capacitação.

Hoje a Rede Federal tem uma capilaridade muito superior à das universidades federais, inclusive busca em seus *campi* uma estruturação muito mais equilibrada. É muito comum vermos instituições de ensino com uma forte atuação nos grandes centros, nas capitais, porém, os *campi* do interior oferecem um número muito pequeno de cursos, com estruturas que às vezes deixa a desejar. Não é o caso da formatação dos institutos federais e da Rede Federal, que, além de estar espalhada por todo o Brasil, tem estrutura construída para dar conta da ampliação de oferta de vagas e cursos inclusive no interior do País. Atua forte e principalmente nas áreas industrial, de serviços, de saúde, de educação e agora, como disse o Prof. Teatini, com forte atuação, com os institutos federais, na formação de professores.

Essa rede que está projetada com 254 unidades deve alcançar a médio prazo, nos próximos 4 a 5 anos, 500 mil matrículas, das quais 20% serão destinadas à formação de professores. Aí poderemos considerar a Rede Federal dando a sua contribuição com a oferta de 100 mil vagas para as licenciaturas. Isso também na área de agropecuária.

A Rede tem como características e finalidades principais a formação integral do cidadão, a formação profissional e tecnológica do trabalhador, o desenvolvimento da pesquisa e da inovação e a busca do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social do País.

Esta é a primeira apresentação que eu queria fazer sobre o desenho e a configuração da Rede, que, na nossa avaliação, nos credencia a dizer o que foi dito aqui pela manhã, ou seja, que essa rede está pronta para assumir esse desafio de articular as ações do Ministério, como foi dito por um participante, e buscar contribuir na coordenação dessa articulação com os Ministérios.

Penso que isso não é pretensão ou presunção, mas uma disposição de contribuir com a articulação de todas as ações do Ministério, para que os recursos públicos não sejam pulverizados e tenhamos maior eficiência na sua aplicação.

Penso que a Rede Federal tem esse potencial e essa capacidade e pode ser enxergada como um forte instrumento estratégico para o desenvolvimento do Brasil.



Esta a apresentação que queria fazer, mas gostaria de continuar fazendo algumas considerações sobre o tema do debate, que é sobre papel das bolsas de fomento na consolidação da extensão tecnológica.

Primeiro, quero dar um destaque ao projeto de lei de autoria do Deputado Ariosto Holanda, que coincide, em sua totalidade, com a percepção da Rede em relação ao seu papel social, que é de buscar um fundo de extensão da educação profissional que permita oferecer capacitação gratuita. Esse é o papel da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cada vez estamos mais convencidos, empenhados e enfiados nesse papel. Então, o projeto de lei do Deputado Ariosto Holanda não deixa dúvidas quanto a esse fundo que visa exclusivamente a oferta de capacitação gratuita.

O segundo aspecto desse projeto de lei é o incentivo à oferta de cursos noturnos. Nesse aspecto acho até que cabe uma discussão sobre o que foi colocado no projeto de lei, salvo engano, que é a oferta de, no mínimo, 10% das vagas para a capacitação em cursos noturnos. Acho que podemos inclusive ser mais ousados em relação a esse percentual.

A terceira finalidade desse projeto é a busca de capacitação e qualificação de professores e alunos prioritariamente da rede pública.

Concordamos e entendemos que o projeto está muito adequado, muito correto e muito preciso nos apontamentos de seus objetivos. Da mesma forma, concordamos que, uma vez criado e aprovado por esta Casa, a administração desse fundo de extensão da educação profissional deve ser realizada com a participação forte das entidades e das instituições gestoras de educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, gostaria de destacar a importância de estar à frente da administração desse fundo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Com relação ao que foi dito pela manhã, que não daríamos conta de todas as expectativas e necessidades sociais somente com a articulação das ações dos Ministérios do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia, concordamos que não é suficiente a articulação apenas dessa 3 Pastas.

Na condição de Presidente do Conselho Nacional dos Institutos Federais, nós já fomos procurados também pelos Ministérios da Indústria e Comércio, do Turismo e do Desenvolvimento Social e da Saúde e temos a convicção de que essa rede



pode ser explorada em todo o seu potencial, para que ela contribua para a articulação de todos esses Ministérios, até porque combinaríamos duas expectativas muito importantes. A Rede Federal precisa de mais recursos orçamentários e financeiros, depende disso, tem um potencial enorme, mas, às vezes, se vê limitada em suas ações por conta da falta de recursos. Enquanto isso vemos alguns recursos sendo pulverizados.

Nesse sentido, penso que a captação de recursos por intermédio de editais e projetos isolados acaba cumprindo um papel menos eficaz do que se trabalhasse com programas em rede e explorasse o potencial da Rede e fizesse com que, de forma organizada, essa rede pudesse atacar as ações prioritárias do Estado brasileiro. Os gestores — e sou testemunha disso —, não só os reitores, mas os pró-reitores e coordenadores da Rede, estão disponíveis e dispostos a trabalhar diuturnamente para que alcancemos o mais simples cidadão naquela região mais sofrida, mais esquecida.

Mas não podemos ficar correndo atrás de pequenos recursos. Precisamos potencializar essa rede pela nossa capacidade de organização. É nesse sentido que entendo que, em relação ao tema de que estamos tratando, *O papel das bolsas de fomento na consolidação da extensão tecnológica...* Essa consolidação, na minha avaliação, ocorrerá a partir do momento em que essa rede for provocada, reconhecida e apoiada como tal. E nesse sentido acho estratégica a questão da concessão de bolsas. Foi perguntado também por um dos participantes sobre como é que essa rede daria conta da extensão tecnológica, tendo como desafios a oferta do ensino de forma verticalizada, a oferta da educação básica, dos cursos técnicos de nível médio e, agora, ainda com um maior desafio quanto à atuação na formação de professores e também nas engenharias e demais cursos de bacharelado. Isso é possível sim por meio das bolsas de extensão. Temos um grande número de servidores atuando em mais de um serviço, ou seja, na condição de servidor público e também de empregado de outras instituições.

Dentro das instituições, não passando necessariamente por fundações, mas sendo assegurada uma flexibilização dessas arrecadações e uma aplicação mais fácil desses recursos de incentivo e fomento, por meio dessas bolsas, podemos sim potencializar essa rede e dar conta daqueles números que o Conselho de Altos



Estudos apresentou a todos nós. Esses números, ao mesmo tempo que nos envergonha, deixa-nos em situação de desespero e com a sensação de que, talvez, sejamos impotentes para dar conta desses 80 milhões de analfabetos funcionais.

Quero usar aqui o otimismo que vejo na Rede e a disposição dos operadores. Acho que somos capazes, sim, de reverter essa situação e mudar esse quadro no País a médio prazo. Acho que as bolsas de extensão cumprem esse papel e podem, evidentemente, contribuir para a ampliação dos recursos para as nossas instituições federais, no sentido de ampliar e potencializar a nossa capacidade.

Por fim, quero concluir falando sobre os CVTs. Tenho presenciado na Rede algumas instituições mais envolvidas com CVTs, em algumas regiões e em alguns Estados, e outras menos envolvidas.

Acho que a questão do financiamento para a estruturação dos laboratórios, dos ambientes para a formação vocacional de cada região é importante, mas é igualmente importante que componhamos, ainda que mínimo, um quadro de servidores efetivos vinculados aos institutos federais, que deem conta dessas instituições, dessas instalações em cada município. Não estou falando da composição de quadros semelhantes aos quadros dos nossos *campi*, mas é preciso que — com todo respeito às pessoas que hoje dirigem os CVTs — termos um vínculo maior dessas instâncias com os institutos federais, para podermos consolidá-los em todo o Brasil.

Esta foi a minha primeira intervenção. Coloco-me à disposição dos senhores para dirimir alguma dúvida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Muito obrigado, Sr. Paulo César.

Eu quero, neste momento, registrar a presença do Deputado Simão Sessim, parceiro do Instituto do Rio de Janeiro, ao lado do Reitor Edmundo. (*Palmas.*)

Uma coisa importante que os senhores todos devem fazer é tentar se aproximar de um Deputado Federal, porque a briga vai ser grande e todos devem estar unidos. No devido momento vamos formular um programa, um projeto para as bolsas, depois vamos trazê-lo para a bancada federal de cada Estado, vamos nos unir e fazer uma grande emenda em favor dos institutos federais. Eu tenho certeza de que vou contar com a participação de todos.



Antes de passar ao debate que será aberto agora, se algum Deputado quiser fazer alguma intervenção, fique à vontade. Estou vendo aqui o companheiro Átila, do Piauí, prestigiando o Instituto Federal do Piauí.

Paulo César, eu ouvi atentamente as suas observações e, como já estou há algum tempo nesta Casa e conversei com alguns reitores na hora do almoço, sugiro que os senhores se organizem politicamente — isso é muito importante —, como faz a ANDIFES, que hoje trabalha em conjunto, e, por ocasião da feitura do Orçamento, consigam recursos significativos para as universidades. Está dando certo. Como os senhores estão começando agora, acho que devem também implantar uma estrutura nos mesmos moldes. Eu até sugeri ao Cláudio que os senhores deveriam ter aqui uma de assessoria parlamentar, uma base física de onde os senhores pudessem acompanhar diuturnamente os trabalhos do Congresso Nacional, para ver como estão avançando alguns projetos importantes para a Rede. Este trabalho é o que eu chamo de *lobby* no bom sentido da educação.

Vamos pensar nessa estrutura política. E eu garanto que todos os Deputados, independentemente de partido, de cor e de credo, vão ajudar, porque eu não conheço nenhum Deputado que se posicione contra a educação, principalmente a educação profissional. Então, essa estrutura tem tudo para dar certo, é preciso somente que nos movimentemos.

Agora quero abrir o debate para aqueles que quiserem fazer alguma intervenção e debater com os nossos expositores. Há alguém inscrito para falar?

Concedo a palavra ao Sr. Tadeu.

O SR. TADEU PISCINATI SANTANA - Boa tarde a todos. Sou Pró-Reitor de Extensão e Produção do Instituto Federal do Espírito Santo. Dirijo minha pergunta ao Dr. Oswaldo, a respeito da importante tradição do CNPq no fomento à pesquisa e ao pesquisador no nosso País, uma história brilhante que colocou o Brasil em destaque no cenário internacional, como foi bem demonstrado pelas transparências apresentadas. Por outro lado, ficou bem caracterizado que essa força veio com um contrapeso, que foi a fraqueza em relação à transferência desse conhecimento para a produção de riquezas no País na forma de tecnologias, de toda forma de patentes, de registro de *softwares*, de cultivares, etc. Isto é, de tudo aquilo que é aplicado na produção e que chega à comunidade sob a forma de um produto, um serviço, ou um



processo que ajude a melhorar a produtividade da nossa economia. E aí, quando nós observamos o conjunto dos programas do CNPq, parece-nos que eles ainda carregam um viés muito forte da lógica acadêmica.

Independentemente de termos novas leis — eu acho que elas são importantes, como são as propostas bem defendidas aqui pelo Deputado Ariosto Holanda e outros Deputados —, há coisas que podem ser feitas dentro da própria estrutura dos agências de fomento, como é o caso do CNPq. É uma questão de debater com a comunidade e tomar decisões políticas.

Então a minha pergunta é a seguinte: porque o próprio CNPq, por exemplo, não busca afinar melhor programas que apontem para cotas institucionais, com esses viés da extensão tecnológica? Até mesmo algumas iniciativas, que nós temos de reconhecer, como é o caso do PIBIT, que é o Programa de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, mas elas vem sendo apropriados pelas instituições, até pela cultura e pelas tradições, muito na lógica do PIBIC, o que acaba sendo um desvio. Ou seja, mesmo aquilo que nasce com determinada finalidade, por conta das tradições e da cultura, acaba sofrendo desvios.

Que medidas o próprio CNPq busca para corrigir esses desvios? São basicamente essas 2 perguntas. Porque não se abrem mais programas dessa natureza e o que tem sido feito para corrigir os desvios de alguns programas ainda pequenos, como é o caso do PIBIT?

O SR. JOSÉ OSWALDO SIQUEIRA - Acho que o senhor está correto na sua percepção e na sua análise. O CNPq ainda é uma agência com forte viés acadêmico, e isso dificilmente vai mudar a curto prazo. Há um esforço muito grande nesse sentido, internamente. Nós estamos buscando nos ajustar a essa nova lógica do financiamento. Só para se ter uma idéia, o nosso orçamento no ano passado foi de 800 e poucos milhões de reais, mas nós executamos 1,25 bilhões, quer dizer, 50% a mais do que dispunhamos no orçamento. Foram recursos externos. Os recursos externos nos permitem fazer isso. O recurso orçamentário não, porque a missão do CNPq é primordialmente acadêmica, por isso nós não podemos, nós temos medo de abrir mão disso. Então nós queremos criar uma nova mão, preservando aquilo.



Então, há uma dificuldade muito grande, e o CNPq é uma casa muito democrática. Nós trabalhamos com comitês. Na verdade, os 2 diretores científicos mandam muito pouco. Nós obedecemos, porque se trata de uma casa acadêmica. O que nós temos feito é procurado promover ao máximo esse tipo de debate. É necessário sermos mais pragmáticos. Então, por exemplo, reformulamos agora os critérios de concessão de bolsa de produtividade. Eles incluem, de maneira muito clara, a contribuição do indivíduo à produção tecnológica, a descobertas, a patentes, a produtos, etc. Então, esse precisa ser um processo lento. Do mesmo modo, a avaliação pela CAPES dos programas de pós-graduação, porque o sucesso que temos deve-se, em grande parte, às exigências dos programas de pós-graduação.

Nossa produção acadêmica é quase 90% feita nas universidades, então é natural que haja essa conotação. Ao mesmo tempo, é preciso entender que ainda temos de avançar muito em termos de ciência. Nós ainda não ganhamos nenhum Prêmio Nobel, o que mudaria muito pouco essa concepção, embora seja um indicador importante. Em várias áreas, somos *top* no mundo, ou estamos em igualdade: na Neurociência, em diversos campos da Física, na Matemática.

Precisamos, então, dar nosso apoio, e de modo decisivo, além de criar outras vias.

No caso específico do PIBIT, um programa muito novo, ainda piloto, concedemos pouco mais de 3 mil bolsas. No momento, discutimos a sua ampliação, inclusive a sua Comissão de Acompanhamento Nacional foi reestruturada, num sentido até de cobrança. Do mesmo modo, sempre incentivamos, no PIBIC, esse aspecto do empreendedorismo e do desenvolvimento tecnológico.

Basicamente seria isso, mas existem essa preocupação e esse esforço. Se observarmos os institutos nacionais de ciência e tecnologia — 123 institutos foram aprovados agora —, uma das exigências é ter um mecanismo claro de difusão do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico em interação com a sociedade.

A própria comunidade acadêmica brasileira tem noção disso. Estamos rompendo com o forte corporativismo acadêmico existente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Solicito ao Dr. Teatini que se manifeste sobre algumas intervenções feitas.



O SR. JOÃO CARLOS TEATINI - Uma das perguntas que sobressaem é a dos representantes do Instituto Federal de Rondônia:

“Preocupa-nos, uma das missões dos institutos federais, garantir 20% das suas vagas para oferta dos cursos de licenciatura, principalmente porque em nossa Região Norte há uma carência de profissionais habilitados para atuarem nas áreas específicas dos IFES. Apesar dos esforços do Governo Lula em melhorar as condições salariais dos professores federais, estamos aquém de uma remuneração justa que atenda esse novo perfil de professor da rede, que terá de atuar na educação básica, técnica e tecnológica no ensino, pesquisa e extensão.

Questionamos: além dos estímulos colocados, que ações concretas poderemos organizar para que, de fato, nossos professores tenham condições de atuar na formação de professores para a área de ciências na educação básica?”

No caso, o Plano Nacional de Formação de Professores prevê 3 tipos de oferta de cursos. Primeiro, os cursos regulares existentes, na medida do possível, fazerem destinação prioritária de vagas para os professores em exercício da rede pública. Para isso, tanto presencial quanto a distância, já existem recursos previstos pelo MEC, na SESU e no sistema da OAB. Para os cursos especiais eventualmente necessários, e chamamos de cursos especiais porque eles irão atender essa política emergencial, congregando eventualmente mais de uma instituição, oferecida num polo da universidade, ou num *campus*.

Nesses cursos especiais, aos quais os professores terão de fato uma dedicação adicional, estão previstas bolsas para os professores que irão ministrar aulas. Para os coordenadores de cursos estão previstas bolsas no valor de 1.200 reais; para professores que irão ministrar duas disciplinas, também 1.200 reais; e bolsa de 900 reais por mês para professores com uma disciplina semestral de 5 meses. Então, se o professor for ministrar uma disciplina, receberá 4.500 reais pelos 5 meses.



Além disso, é claro que as instituições terão de ter investimento de custeio para deslocamento e hospedagem desses professores. Aí também estamos prevendo repasse de recursos de custeio para as instituições que forem participar desse esforço. Nessa parte existem investimentos necessários. A ideia do Ministério é que não haja nenhum custo adicional para as instituições que irão participar do Plano. É claro também que, ao se ministrar disciplinas, haverá esforço adicional. Assim, haveria uma recompensa — claro que num valor não muito elevado —, pelo menos uma bolsa, no mesmo nível da dos coordenadores da Universidade Aberta do Brasil.

Outra pergunta, com alguma semelhança a essa:

“Nos próprios institutos federais, uma grande dificuldade dos cursos técnicos é a falta de professores para as aulas práticas das disciplinas técnicas — solda, instalações elétricas, usinagem, refrigeração —, devido à imposição de contratação de engenheiros, que não possuem essa formação de oficina. A solução é a possibilidade de concurso e contratação de técnicos com comprovada vivência na prática das indústrias, que depois fariam curso de formação pedagógica.

A CAPES ou outro órgão poderia instituir um programa para viabilizar essa possibilidade?

Mário Luiz de Farias, Diretor do Campus Venâncio Aires, do IF Sul”.

A pergunta é extremamente interessante, porque essa dúvida acontece em vários institutos.

Primeiro, os cursos de formação pedagógica, na realidade, em muitas áreas, são extremamente novos. Regulamentados pelo Conselho Nacional de Educação desde 1999, esses cursos têm duração de um ano e meio. Então, eventualmente, um profissional que esteja capacitado a ministrar essas disciplinas pode se matricular nos cursos de formação pedagógica.



É claro que esses novos cursos de formação pedagógica seriam destinados a atender a uma demanda não contínua, durante um período de tempo, para habilitar esses profissionais.

Outra saída muito boa são os cursos de mestrado profissional. Como mencionou o colega do CNPq, saiu a portaria criando o mestrado profissional, inclusive com possibilidade de bolsa para os professores em exercício, que não podiam participar desses cursos. No mestrado acadêmico, podiam, mas no profissional, não. Então, eles vão poder participar, mediante bolsa.

Acho extremamente interessante a ideia da rede. Em vez de cada instituição montar o seu curso, que grupos ou consórcios de instituições, mesmo instituições que já os tenham, ofereçam esse curso para as demais instituições da rede. A ideia é extremamente válida. Podem ter certeza de que a CAPES está trabalhando com muito empenho nesses cursos de mestrado profissional.

Outra informação. Disse que 16 institutos estão participando nos 21 Estados que estão no plano. No Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais já existe movimentação das universidades federais e estaduais e dos institutos para criarem seus fóruns estaduais permanentes, com ou sem a participação das Secretarias Estaduais de Educação. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Secretaria Estadual de Educação informou que vai entrar. Os institutos também estão participando dele.

No caso particular do Acre, do Distrito Federal e de Rondônia, as Secretarias de Educação declararam já ter programas em andamento para formação inicial dos professores e que a demanda era pequena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - O Reitor Edmundo quer fazer uma intervenção. S.Sa. tem a palavra.

O SR. LUIZ EDMUNDO VARGAS DE AGUIAR - Uma boa tarde a todos.

Teatini, José, Deputado Ariosto, Paulo, há uma série de questões a serem abordadas, mas gostaria, primeiro, de parabenizar o Deputado Ariosto Holanda, que tem sido um batalhador na educação profissional. Desde a época em que fui Presidente do CONCEFET, pude testemunhar todo o seu empenho. Quando não se falava ainda em educação profissional nesta Casa, o senhor, se não foi o primeiro, esteve entre os 2 primeiros, com certeza, que deram espaço a que pudéssemos adentrar no plenário geral da Casa e manifestar a necessidade da criação da Frente



Parlamentar em Defesa da Educação Profissional, que o senhor e o Deputado Alex Canziani, do Paraná, encabeçaram.

Com relação ao PAR, o Teatini acabou de dizer que, quanto à formação de professores nas áreas de ciências e educação profissional, existem bolsas para professores que coordenam esses cursos.

Teatini, temos tido um problema grave no Rio de Janeiro — estou certo de que isso reflete na maioria dos Estados — no tocante à situação dos professores das redes públicas estaduais e municipais. Enquanto, neste País, não se estabelecer uma carreira de fato na educação básica, dificilmente teremos professores em condições de participar desse esforço que o Governo Federal vem fazendo para capacitá-los.

Temos, no País, cerca de 17% de docentes atuando na educação básica. Esses professores, ou não têm nenhuma qualificação, ou não são licenciados, ou são licenciados em disciplina que não lecionam.

Por mais esforço que se faça, se não houver estímulo a esses professores, seja por planos de carreira eficazes, seja por sistema de bolsas, não somente para o professor que vai oferecer esse curso, mas para o professor que queremos formar nesse curso, dificilmente teremos candidatos.

Quero dar um exemplo. Quando iniciamos, no Instituto Federal do Rio de Janeiro, alguns anos atrás, um processo de capacitação e educação em ciências para professores de Química, Física, Biologia e Matemática, ficamos com inscrições abertas durante 3 semanas e tivemos apenas uma inscrição de professor. No momento em que conseguimos um incremento de bolsas da FAPERJ — bolsas de 300 reais — para que os professores pudessem vir fazer o curso conosco, houve fila e quase tivemos de pedir à Guarda Municipal que nos ajudasse a organizá-la.

Então, essa é uma questão fundamental.

Tenho conversado com a Secretária de Educação Tereza Porto, do Estado do Rio de Janeiro. Ela está muito atenta e tem participado das reuniões do PAR.

Tenho dito, constantemente, no MEC, que, mais importante ou tão importante quanto a bolsa e quem vai oferecer o curso, é a bolsa para quem vai cursá-lo.

Nós temos uma política real: tentar estimular o nosso docente e aumentar a sua qualidade. É importante que ele seja estimulado.



Então, fica a proposta para que também se verifique a possibilidade de extensão das bolsas para os que queiram fazer essa capacitação. Esse estímulo é extremamente importante. Os Estados, muitas vezes, não podem oferecer melhores condições para que seus professores se formem.

Quero lembrar que um professor que entre na carreira do magistério com um salário de 710 reais vai se aposentar, depois de 30 anos de exercício da profissão, com um salário de 1.400. Dificilmente, a essa altura do campeonato, ele vai poder largar qualquer um de seus outros empregos — é certo que ele terá outro, porque, senão, não conseguirá se alimentar nem sustentar a sua família — para se sentar num banco escolar ou mesmo ficar na frente de um computador para fazer nem que seja um curso a distância. Então, é fundamental uma política de estímulo a esses professores, sobretudo num país em que há uma carência enorme nessas áreas científicas. Todo mundo sabe disso.

Os países que se desenvolveram fizeram-no atuando regularmente nessas áreas. Se fizermos uma comparação entre a quantidade de bolsas de pesquisa que temos nessas áreas e em outras, veremos que o percentual ainda é menor do que nas demais áreas do conhecimento. As áreas científicas no CNPq ainda não chegam a 40% das bolsas que hoje concedemos.

Há todo um estigma em torno do que é ciência, do que é química e do que é física, e não me compete discutir esse assunto agora, mas acho que tem de haver um estímulo real para que esses professores possam se capacitar.

Gostaria de lembrar também que está tramitando no Senado, se não me engano, há bastante tempo, projeto do Senador Paulo Paim — para cuja efetivação acho necessário que se faça um esforço coletivo —, que visa estabelecer o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. Não sei em que pé está. Pergunto aos senhores se têm conhecimento sobre isso.

O Senador esteve em reunião no nosso Conselho. Acho extremamente importante o projeto. Ele tenta garantir, de forma perene, assim como foi com o FUNDEF e como está sendo com o FUNDEB, o investimento regular, a despeito de qualquer governo, para que a educação profissional possa continuar se desenvolvendo.



Por fim, lembro que foi para nós um avanço muito grande a abertura do Portal da CAPES, mas havemos de ampliá-lo, porque, para um instituto, ele tem limites importantes. Vale a pena verificarmos quais são esses limites para que possamos, efetivamente, como instituto, dispor do portal com maior flexibilidade, com maior atuação, tendo em vista a verticalidade das nossas ações. Não somente os professores da pós-graduação acessam o portal, mas também os alunos.

Nos institutos, verticalizados como são, com a ciência perpassando todos os seus níveis, ainda tínhamos, com bolsa de iniciação científica, alunos do ensino técnico, da graduação e pós-graduação. Então, que possamos ter maior acesso a esse portal, porque hoje é limitado.

São esses os 3 aspectos que queria abordar, pedindo a opinião dos senhores.

Fica o meu agradecimento por ter podido participar deste evento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Foi muito oportuna a sua intervenção, que, aliás, me fez lembrar do Pró-Ciências da CAPES — não sei se o senhor participou dele. Eu era Secretário de Ciência e Tecnologia e me lembro de que foi um sucesso o programa exatamente porque havia bolsa para quem ia fazer o curso. Até disse ao Jorge Guimarães que era importante resgatar esse programa. O senhor observou muito bem: se não se incentiva o professor a fazer o curso com a bolsa e com o estímulo, ele não irá.

Quanto ao projeto do Paim, ele está empacado do mesmo modo que o nosso, porque fomos atrás de recursos do FAT. Se não me engano, o dele trabalha com 5% do FAT, e o nosso, com 1,5%. Quem esteve aqui pela manhã ouviu a intervenção do Secretário-Executivo André Figueiredo. Ele me disse que estava disposto a conversar, para que a liberação de parte do FAT viesse a constituir esse fundo. Recebi do Ministério do Trabalho essa sinalização. No dia em que fomos lá — acho que o Paulo César estava conosco —, conversamos com o Secretário Ezequiel, que nos disse, alto e bom som, que o sonho dele era fazer um grande programa de integração com a rede, porque tinha certeza de que o resultado seria muito maior do que o que eles estão conseguindo com as ONGs.



Não tenho dúvida de que o projeto tem tudo para dar certo, mas não podemos perder a oportunidade de cobrar sempre, já que existe essa sinalização do Ministério do Trabalho e Emprego. Infelizmente, não foi possível celebrar o convênio hoje, como estávamos pretendendo, entre os Ministérios do Trabalho, da Ciência e Tecnologia e o Educação, já com a sinalização de recursos para bolsas do programa de extensão. Dependia de orçamento, e ninguém tinha condição de trabalhar de última hora. Mas acertamos que essa discussão iria continuar.

Pois não.

O SR. JOÃO CARLOS TEATINI - Essa observação do Prof. Edmundo é extremamente pertinente. De fato a nossa grande preocupação é como os professores em exercício vão fazer os cursos de formação inicial sem prejuízo da atuação em sala de aula e com desempenho aceitável. Por isso cresce em importância o papel dos fóruns estaduais permanentes de apoio à formação, tanto na discussão de eventuais substitutos parciais para os professores quanto na discussão de eventual transporte para esses professores poderem se deslocar para os cursos, ou de haver uma coordenação pedagógica específica no âmbito da escola do Município ou do Estado para apoiá-los.

É importante a questão que o Prof. Ariosto Holanda lembrou quando mencionou o Pró-Ciências, que oferecia bolsa para os professores. O problema é que, nessa escala que estamos oferecendo agora, de 330 mil alunos e professores em exercício, não há dinheiro que pague bolsa para os alunos cursistas. Por outro lado, os Estados e os Municípios também podem usar recursos do FUNDEB, que podem ser aplicados de várias formas no apoio ao professor.

Outra questão que o Prof. Paulo César levantou e que acho importante é que esse Plano Nacional de Formação dos Professores não foi proposto por edital. Houve praticamente uma chamada dos Estados e neles a adesão das instituições. Falamos por enquanto só da formação inicial. A formação continuada ainda está em discussão. Vários cursos estão em fase de elaboração, principalmente nas áreas ligadas ao ensino médio tecnológico. Há os cursos da rede de formação da SETEC e da SEB. Ao abrir os cursos de formação continuada, é extremamente apropriado a rede se organizar para apresentar propostas e, em vez de ser edital, que seja algo direcionado às demandas urgentes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Paulo César tem uma pergunta?

O SR. JOSÉ OSWALDO SIQUEIRA - Aproveito para responder à provocação do Deputado com relação à instituição de um programa nacional de extensionismo tecnológico nos institutos ou na rede. É perfeitamente viável. É o que deve e pode ser feito. Procurei deixar claro que temos instrumentos para fomentar essas ações nos institutos, nas universidades e nas instituições de ciência e tecnologia em geral, mas temos grande limitação de orçamento. Não vejo outro caminho a não ser via estruturação disso por meio de emenda parlamentar.

Com relação a como fazer, é preciso conceber e estruturar a ação, assim como traçar a sua dimensão — quantos institutos estão prontos e preparados e têm condições para receber o programa, qual o valor de cada um para se iniciar essa discussão. Não vejo outra maneira a não ser por meio de edital, pelo menos no que diz respeito à concessão de bolsas e fomento via CNPq.

Nossa legislação é muito rigorosa, a Lei nº 8.666 cerca tudo que é recurso público. Tem de se obedecer aos critérios de transparência e impessoalidade etc. que todos conhecem. Não vejo outro caminho. Podemos fazer um edital sob medida. Nesse caso é o cliente, o proponente, o demandante que nos ajuda a construir essa demanda. Temos utilizado artifícios. Querem uma distribuição mais uniforme em relação às regiões. Acredito que a grande maioria dos institutos do Sul e do Sudeste devem estar mais bem estruturados do que os do Norte e do Centro-Oeste. Então, há mecanismos para amarrar isso. Ou seja, tantas propostas para tal região, tantas propostas para tal Estado.

Estamos implementando uma ação com o Programa Territórios da Cidadania. Se há um documento estruturado, ele pode nortear essa ação e dar o amparo legal a essa distribuição. Do contrário, não posso cercear nada.

Posso dar um exemplo que tem a ver com demandas e perguntas que estão aqui: o nosso Edital nº 03, um programa de bolsa para fixação de doutores nos novos *campi* e expansão das universidades federais, exclusivo para elas. Desse grupo, só Paraná se beneficia, por uma questão de terminologia e de documentação do MEC. Só o Paraná. Ficamos com pena, mas é o fato. A decisão foi criticada e quase embargada, porque tem uma direção específica e privilegia essas regiões



pouco desenvolvidas. São coisas de legislação a que temos de estar atentos e de obedecer.

Essa proposta, Deputado, pode ser claramente estruturada. O que se precisa é definir o foco dela. Desenvolvimento tecnológico e inovação, transferência de tecnologia ou enfoque ou capacitação ao empreendedorismo. É capacitação ou qualificação do público externo e também do público da rede.

Já atendi vários grupos pertencentes aos institutos, no meu gabinete. Percebo claramente que eles querem fazer algo para o qual não estão preparados. São doutores recentes. E doutores recentes não têm cabeça para desenvolvimento tecnológico, com raríssimas exceções em algumas áreas de engenharia, computação etc., o grosso não tem. Esse é um defeito nosso.

Temos discutido a situação nos programas de pós-graduação. Muitas vezes esses grupos precisariam também de uma orientação, de um treinamento rápido para que essa ação seja eficaz.

Podemos ser parceiros. Não tenho autoridade para provar, mas tendo dinheiro não há como não executarmos isso porque está na nossa pauta e na nossa agenda, em termos de CNPq.

Tenho várias perguntas. Vou agrupá-las e tomar a liberdade de não lê-las para não ocupar muito tempo. Duas dizem respeito a bolsas. *“O CNPq pretende criar um programa permanente de bolsa de extensão?”* Pretendemos. É o nosso desejo, que já foi minutado e discutido em diretoria executiva. Não temos o financeiro, o orçamento, mas é meta nossa tentar viabilizar o programa.

“As bolsas de extensão serão dirigidas a quem? A professores ou alunos?” A todos. Inicialmente a alunos. A nossa ideia é criar uma bolsa de iniciação ao extensionismo tecnológico, que precisa ser muito bem desenhada. Nossa inspiração são os programas que acontecem em várias universidades federais de grande sucesso. Então, é possivelmente factível ser implementada.

Essas bolsas poderiam ir também aos coordenadores de projeto. É possível. Temos vários editais que assim são feitos. Mas depende do dono do dinheiro. Se ele permitir que a bolsa vá para o coordenador de projeto ou parte da equipe, ela pode ir, a legislação permite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - O CNPq vai pontuar quem faz extensão?

O SR. JOSÉ OSWALDO SIQUEIRA - Já pontua, ele não pontua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Estou fazendo essa pergunta, porque normalmente o CNPq faz pontuação para quem tem produção científica, publicação. Acho que pontuar quem faz extensão é um incentivo muito grande para se entrar nela.

O SR. JOSÉ OSWALDO SIQUEIRA - Ele pontua, sim. Só que o indivíduo que tem perfil de extensionista ou de desenvolvimentista tecnológico dificilmente compete com os acadêmicos. Em algumas áreas o indivíduo está publicando 10, 12 artigos em periódicos de alto impacto por ano. Isso é cada vez mais acelerado e mais rápido. Para atendermos a esse perfil, temos de criar ações diferenciadas. Naquele pacote, dificilmente vamos conseguir atingir esses objetivos. E nós estamos fazendo.

A outra pergunta nessa linha é do grupo representante do Instituto Federal de Rondônia, que traz à tona a questão de sempre, a capacidade competitiva do grupo dessas regiões. De fato, temos feito todos os esforços possíveis. É ordem do Ministro procurar atender isso, a ponto de nos ameaçar: *“Se vocês não aumentarem a proporção de bolsas PQ nessas regiões, eu não vou dar mais dinheiro para esse programa”*.

Temos feito todo o possível para ampliação. Estamos crescendo linearmente. Partimos de 10%, 12% e estamos em média em 20%. Há áreas com 25% dos bolsistas PQ das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os senhores têm de entender que isso é difícil e que os mecanismos são limitados. Temos procurado implementar ações específicas. Parcerias com as fundações dessas regiões têm dado um resultado fantástico para procurar atender a isso. Os editais especiais têm um foco muito dirigido, seja temático, seja regional, são orientados por problemáticas. Por exemplo, há doenças negligenciadas. Grupos, ainda que pouco estruturados das regiões de foco, por exemplo, de malária da Região Norte, são extremamente competitivos, porque entra um critério importante: a relevância e o impacto esperado da pesquisa. O indivíduo pode ter uma produção científica menor e tudo o mais, mas no conjunto a proposta dele fica competitiva.



Nesse contexto, abrimos edital em parceria com fundações da Rede Malária. Estamos aplicando 15 milhões de reais na Rede Malária. Várias outras ações têm o objetivo e o foco de minimizar essas disparidades ou desigualdades regionais.

Nesse ponto, em algumas situações, por exemplo, quando estamos falando de Nordeste, excluimos Recife, porque ele está no nível da UNICAMP em certas áreas. Ela leva tudo, vai para o Nordeste, mas vai para o mesmo lugar. Então, temos essa preocupação.

É preciso entender que o processo é lento e devemos continuar insistindo. O pessoal do Instituto Federal de Rondônia deve estruturar boas propostas, entrar com elas por meio dos fundos setoriais, para cada setor específico, CT Amazônia, CT Agropecuária, CT Agronegócio, CT Biotecnologia e assim por diante.

Há uma pergunta sobre os APLs.

Faço questão de responder porque temos colocado muitos recursos para a APL. Ano passado, abrimos um edital de 10 milhões de reais, com 70% para bolsas e 70% desses recursos para Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Foi uma ação específica, em que a maioria das propostas contempladas — foi esse exatamente o foco da pergunta — era para capacitação de gestores de APL, capacitação de recursos humanos para estruturação de APL nesses Estados.

Então, aproveitando o exemplo, há bolsas para o coordenador, para os professores em período parcial; bem como bolsas, ou custeio integral, para os participantes. Se não for assim, não funciona, porque os professores e alunos de algumas dessas regiões não têm recursos para participarem daqueles cursos. Então, tudo é bancado.

Há intenção — não sei se o pessoal do DECIS e da Secretaria de Inclusão Social fez menção a isso na parte da manhã — de relançar esse edital possivelmente este ano ou no início do ano que vem, com mais 10 milhões de reais.

A última pergunta é do Sr. Antônio Carlos, Diretor de Relações Internacionais do IEF/Paraná, sobre o intercâmbio de estudantes da América do Sul.

Isso é fantástico. Há uma série de ações que buscam estreitar nossas relações com os países vizinhos, especialmente na fronteira do Paraná e Mato Grosso com Bolívia e Paraguai, além do Uruguai.



Não há uma ação específica desse tipo no CNPq, mas é possível estruturar, seja via CNPq, seja via CAPES, que possui programas semelhantes. O nosso enfoque é maior, porque acontece numa troca de níveis mais elevados. Temos bolsas para mestrado, doutorado, pós-doutorado, o programa PEC e ainda um programa de mobilidade, embora muito limitado.

Para estudantes de graduação, isso é fantástico. A nosso ver, é desse tipo de experiência que esses países precisam, porque não têm pós-graduação estruturada.

Trata-se também de uma questão estratégica. Eu pelo menos penso assim. Se não investirmos nisso, e acreditamos que o nosso País seguirá essa rota de desenvolvimento, em alguns anos teremos de construir um muro, como já fazem os Estados Unidos em relação ao México. As pessoas têm direito de procurar o melhor, e se lá não há desenvolvimento, elas virão para cá. Trata-se, portanto, de importante questão estratégica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Há uma pergunta para o Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR PEREIRA - O colega Paulo Ramos Rolim faz uma sugestão: que sejam registradas, na história dos institutos federais, as escolas agrotécnicas.

É muito correta e oportuna a lembrança. Na verdade, na condição de Presidente do Conselho, não poderia ter esquecido desse detalhe, e não esqueci.

Quando dissemos que a rede federal atua em diversas áreas — indústria, educação, saúde, agropecuária — e mencionamos, na história, a criação das escolas técnicas, no nosso entendimento, fizemos referência também às escolas agrotécnicas, na verdade, escolas técnicas com especificidades na atuação agropecuária.

Se não contemplado, deixamos registrado o nosso reconhecimento do importante papel desempenhado pelas escolas técnicas na construção da história da educação profissional e tecnológica do Brasil.

O Paulo Ramos destaca também que as escolas agrotécnicas detêm grande experiência na extensão tecnológica, na área profissional da agropecuária, pesqueira e aquícola.

Está feito o registro e o nosso reconhecimento.



Com relação ao desafio feito pelo Deputado Ariosto Holanda de que os institutos federais elaborem um plano de extensão tecnológica, posso dizer que estamos discutindo isso no Conselho. Ou seja, estamos elaborando um plano de metas para a rede federal, na qual acontece a discussão sobre as ações relacionadas à extensão.

Todas as discussões sobre o plano de metas subsidiarão a elaboração do plano de desenvolvimento institucional de cada instituição, já apresentado e protocolado no Ministério da Educação. No entanto, trata-se de documento que aguarda o fechamento do plano de metas para que possamos efetivamente ter uma extensão dele.

Com relação a esse desafio, é extremamente necessário para o cumprimento desse plano de metas o aporte de recursos. Como o senhor disse, penso que a realização deste fórum com certeza contribuirá para que se possa cumprir o plano de metas e de extensão tecnológica elaborado pelas nossas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ariosto Holanda) - Há uma última pergunta do companheiro do Ceará, o Diretor do CENTEC, Samuel Brasileiro:

“Existem no País diversos CVTs mantidos pelos sistemas estaduais, como é o caso do Instituto CENTEC do Ceará, os quais desenvolvem relevantes trabalhos de extensão. Como possibilitar a ampliação do acesso dos recursos do fundo de extensão a essas redes?”

Samuel, você me dá uma oportunidade quando fala em CVT.

O CVT que entendemos é aquele que está na publicação que os senhores receberam. No Ministério de Ciência e Tecnologia, tenho discutido o tema. Eles colocam como CVT projetos diferentes. Para mim, o CVT tem uma concepção e dispõe de laboratórios de Física, Química, Biologia, Informática, Eletromecânica, sala de videoconferência, biblioteca, auditório. Isso constitui o CVT.

Disse muito bem o Paulo César que é preciso um número mínimo de pessoas para operar o CVT. Fiz proposta ao Ministro Sérgio Rezende — inclusive da mesma Mesa participava o Ministro Fernando Haddad — no sentido de que fosse retirado o CVT do Ceará, porque o Estado tem uma organização social. O Instituto CENTEC é uma organização social. Os outros CVTs estão muito liberados para os Municípios.



Então, a minha preocupação é no sentido de que haja uma mortalidade, porque por trás dele não há um projeto pedagógico.

A minha proposta é que, na hora em que um projeto CVT for aprovado no Ministério da Ciência e Tecnologia, alguém da rede seja chamado para operá-lo. Por exemplo, se vai haver um CVT para tal Município, deve-se chamar alguém — na época era o CEFET, que está atuando naquela área — para operá-lo, fazendo a extensão. O CNPq garantiria as bolsas de extensão. Era essa a lógica.

Sabemos que depende do Prefeito de plantão. Algumas vezes o Prefeito dá apoio e o que sai não dá mais. Então, o ideal seria quem estivesse mais próximo chamar a rede para operar o centro, porque se poderia ter a certeza de que haveria um projeto pedagógico.

Como muito bem disse o senhor, é preciso garantir recursos mínimos. Na nossa dimensão, deveríamos ter 5 professores no mínimo em cada CVT. Como se trata de Centro Vocacional Tecnológico, haveria laboratórios permanentes e de vocação da região. Essa era a concepção que tínhamos do CVT.

Com certeza, como organização social, o CETEC cumpre as exigências estabelecidas em projeto de lei. Não existe apenas a competência, mas também é uma instituição sem fins lucrativos e que tem contrato de gestão com o Governo do Estado.

O que me preocupa são os outros CVTs do País que não estão obedecendo a um projeto que sempre defendemos. Quando imaginamos o CVT, ele deveria interagir com a população, com a escola pública, oferecendo laboratórios de Física, Química e Biologia. O CVT, em determinado momento, era uma faculdade, porque estava sendo credenciado pela Universidade Aberta do Brasil — UAB. Então, havia uma forte interação. Esse é o CVT que sempre defendo, para que a rede venha operar no seu trabalho de extensão.

Para finalizar, digo que, quando arquitetamos esse trabalho — quero registrar os meus agradecimentos ao Presidente do CONIF, que, junto com todos os seus reitores, nos deram apoio —, se não fosse o apoio dos senhores, não teríamos realizado este seminário tão marcante.

Faço este registro, porque foi muito importante. Hoje os meios de comunicação da Câmara estão falando neste seminário. Não se trata de seminário.



Colocamos o nome de fórum, porque em seminários discute-se e não se decide nada. Em um fórum, temos um dever de casa. Então, vamos sair daqui com um dever de casa.

O dever de casa que acho importante é o que dissemos: cada instituto deve trabalhar no projeto.

Respeito o plano de metas que os senhores estão definindo. No entanto, gostaria que desse plano de metas fosse destacado o projeto, para que possamos negociar na Câmara dos Deputados os recursos.

Dizia ao Siqueira que ele não disse qual a funcional programática temos de apresentar, qual é o número dela, porque vamos trabalhar com emendas. A minha ideia é de que cada instituto traga seu plano de extensão específico, o que foi discutido e vamos fazer uma extensão voltada para isso ou para aquilo, para a vocação, para atender os mais carentes.

Por exemplo, o instituto do Rio de Janeiro — o Edmundo fez o dele — custa tanto. Em Pernambuco, custa tanto. Estou vendo o Costa, do Maranhão. Faça o seu.

Qual era a minha ideia? Pinçar Deputados de cada Estado, pessoas que realmente estão comprometidas, e formar uma frente para tentarmos obter os recursos. Tenho certeza de que iremos aprovar facilmente uma emenda como essa.

Quero apenas que o Siqueira e o Teatini nos deem a funcional programática: o programa é esse.

Siqueira, a ideia é dizer que, para o programa de extensão tecnológico do Maranhão, estão previstos recursos da ordem de 10 milhões. Depois, todos eles somados, daria quantos milhões? Então, vamos trabalhar pela emenda de 200 milhões. É assim que acontece e assim que estão trabalhando as universidades federais. Então, vamos seguir o exemplo do *lobby*, no bom sentido, para começarmos a entrar nesta Casa e conversar com os Deputados, porque tenho certeza de que todos, sem medo de errar, são muito simpáticos a essa causa.

Agradeço a todos a presença. Gosto de uma frase de Karl Popper, que, em seu livro *A Lógica das Ciências Sociais*, diz: “Sou partidário da audácia intelectual. Não podemos ser intelectualmente covardes e ao mesmo tempo buscar a verdade”.

Restam outras perguntas, que poderão ser respondidas por *e-mail*.

Muito obrigado. (*Palmas.*)